

Classes sociais e cidadania: uma perspetiva sobre a participação política na Área Metropolitana de Lisboa

Susana Cabaço¹

Tiago Carvalho²

I. Introdução

O tema da participação política e envolvimento cívico dos cidadãos alcançou grande notoriedade entre os cientistas sociais, tendo igualmente despertado a atenção de responsáveis políticos e de outros grupos sociais. Esta visibilidade deve-se, por um lado, a um campo político crescentemente complexo, em que a legitimidade política está agora mais dependente de uma conceção de representação mais alargada (Urbinati e Warren, 2008). Por outro lado, está também associada às mudanças nas atitudes e valores políticos, manifestas, por exemplo, nas dinâmicas desenvolvidas em fóruns e movimentos de cidadãos (Verba et al., 1995).

Neste trabalho procuramos compreender as estratégias e impactos das diversas formas de participação política/ cívica no aglomerado metropolitano, procurando perceber se existe ou não um “perfil” associado à mobilização política. Por outro lado, analisaremos estas iniciativas à luz das condições³, meios e oportunidades políticas em que estão envolvidas. Entendemos que é particularmente relevante operar com um modelo analítico que seja sensível não só ao contexto e pluralidade da ação política, mas

¹ Doutoranda na University of Essex, Department of Government. Os seus interesses passam, atualmente, pela Sociologia Política, Política Comparada, em particular, as dimensões internacionais das democratizações. slfcab@essex.ac.uk

² Mestrando em Sociologia no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e assistente de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Os seus interesses centram-se na Sociologia Histórica e da Modernidade, instituições, cidadania, classes sociais e poder. tiagomlcarvalho@gmail.com

³ Pierre Bourdieu (1989) observa que todo o poder tende a ser um “poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, através de um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança, pelo que o homem político retira a sua força política da confiança que o grupo põe nele”.

também às características sócio-económicas e valores políticos dos seus interlocutores.

Perspetivamos a cidade enquanto espaço de oportunidade para a expressão cívica e política dos cidadãos. Assim, a nossa abordagem analítica partirá do binómio classe social e participação (nas suas diferentes dimensões) numa primeira fase, na área metropolitana de Lisboa (AML), para posteriormente se centrar numa reflexão acerca dos novos espaços e dinâmicas de cidadania⁴, nomeadamente no uso da internet e no orçamento participativo.

Palavras-chave: participação política, classes sociais, contexto urbano.

II. Classes Sociais e Cidadania na Modernidade Avançada

Para os politólogos, em particular aqueles mais interessados nas dinâmicas das democratizações, Portugal ganhou uma notoriedade sem precedentes quando em abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, confrontou com sucesso os poderes instituídos do Estado Novo e deu início à transição para a democracia e à propalada terceira vaga de democratizações (O Donnell et al., 1986). De então para cá, uma série de transformações permitiu diversos avanços ao nível da consolidação da jovem democracia. A investigação neste domínio passou a estar (ainda mais) atenta aos fatores que favorecem a consolidação da democracia. No caso português, destacamos entre estes fatores uma dimensão *processual/ legal* com a implementação de processos eleitorais regulares e livres; a constitucionalização de direitos sociais, políticos e económicos; uma dimensão *social* com o alargamento do acesso à educação, saúde, cultura; e uma dimensão

⁴ Não se trata, no entanto, de fazer um retrato exaustivo dos movimentos, iniciativas e atores envolvidos, mas antes uma reflexão crítica em torno do impacto das diferenças de classe na participação e valores políticos.

internacional com a adesão e integração - legal, política, económica, monetária - na União Europeia.

No entanto, estas mudanças profundas não conseguiram anular um legado duplamente negativo quando nos centramos, como é o caso, na participação e envolvimento cívico e político dos cidadãos. Referimo-nos, por um lado, à desigualdade social latente, manifesta pelo facto de Portugal ser, entre os 25 países analisados no relatório "*The Social Situation in the European Union 2007*" da Comissão Europeia, o país que apresenta os níveis mais baixos de mobilidade social ascendente no que concerne aos indivíduos oriundos das famílias mais desfavorecidas⁵ e, por outro lado, por também não ter conseguido atingir as expectativas dos cidadãos face à qualidade da democracia, de que é prova a expressão e manifestação de sentimentos de desafeição, desconfiança e descontentamento face ao sistema político (Magalhães, 2004). Interessa-nos perceber então de que forma é que a teoria social e política tem abordado a questão das diferenças de classe na cidadania política, para que possamos situar teoricamente esta problemática.

II.a. Mudança e classes sociais

Em 1996, Pakulski e Waters publicaram o livro – cujo título não podia ser mais eloquente – “The Death of Class”, onde defendem que na sociedade pós-moderna as diferenças de classe tomam a forma de “configurações de *status* baseadas em valores e/ou estilos de vida [...] formados em torno de diferentes padrões identitários, significados simbólicos, crenças, gostos, opiniões ou consumo” (1996:25)⁶.

Em linha com esta teorização, Inglehart (1997) defende que este debate teórico deve ter em conta que as sociedades ocidentais atravessaram um processo de transformação dos valores

⁵ Carmo e Cantante (s/d) in [http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=95&lang=.](http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=95&lang=)

⁶ Tradução do original realizada pelos autores.

individuais, anteriormente mais centrados em dimensões materiais (sobretudo associados à segurança económica e física) e agora mais ligados à autonomia e autoexpressão. Neste sentido, as consequências destas transformações nas democracias contemporâneas far-se-iam sentir, por um lado, ao nível do discurso político dos partidos, já menos centrado em apelos associados à esquerda e direita, dando lugar a um debate político mais focado em temas (como a cultura, o ambiente, igualdade de género). Por outro lado, daria lugar a uma maior visibilidade de novos atores, associados a movimentos sociais emergentes, que apresentariam novas propostas e formas de expressão e ação alternativas – estas mudanças foram inicialmente identificadas por Terry Nichols Clark e Ronald Inglehart nas áreas metropolitanas dos Estados Unidos, na década de 1970 (Clark e Hoffman- Martinot, 1998).

De forma semelhante, para Ulrich Beck (1992), as alterações estruturais a que temos vindo a assistir estão enquadradas num processo de “modernização reflexiva”, marcado pela quebra de “laços sociais” tradicionais, por um processo de crescente individualização, promovido, sobretudo, pela nova lógica de organização do mercado de trabalho⁷. Mais, o autor alerta em particular para os impactos das transformações estruturais que se constituíram nas sociedades pós-industriais, como o desemprego de longa duração, a erosão da segurança de empregos “para a vida”, que na sua perspetiva são elementos fundamentais para percebermos fenómenos mais abrangentes como a “individualização da desigualdade social”.

Para este autor (2007) existem um conjunto de categorias *zombie* fruto da modernização reflexiva, entre elas as classes sociais. Advoga que as “antigas” unidades de análise “nacionais” não dão respostas rigorosas a processos globais e, como tal, é

⁷ Nestas circunstâncias, cada indivíduo tenderá a desenvolver um processo reflexivo de planeamento da sua esfera individual, tomando-se assim na “unidade de reprodução social” (1992, 100). Richard Sennett discute também algumas das implicações destas mudanças nas suas obras “The corrosion of character” (1998, Nova Iorque: W.W. Norton) e “The culture of the new capitalism” (2005, New Haven: Yale Univ. Press).

necessário mudar o foco para problemas concretos. Propõe, por isso, uma renovação da teoria sociológica, por vezes, próxima das leituras do pós-modernismo. Argumenta que deixou de existir uma coerência e correspondência entre elementos objetivos e subjetivos das classes sociais, pois a individualização separa e fragmenta a cultura da posição objetiva de classe. Como tal as sociedades atuais não são sociedades de classe, apesar de continuarem a existir desigualdades, considerando-as, por isso, instrumentos desadequados para análise de processos citados.

Resultado destas propostas teóricas dominantes, as classes têm tido nas últimas décadas uma produção científica restrita⁸ (Atkinson, 2007; 2008). Contudo, é possível argumentar que as classes sociais continuam a ser teórica e empiricamente relevantes em vários domínios. Apesar das mudanças registadas pelos autores citados, são várias as evidências empíricas que demonstram a sua importância desde que devidamente enquadrados nos fenómenos de mudança em causa (Atkinson, 2010). Para estes autores a mudança não é tão radical e há importantes continuidades a registar no campo das classes sociais e do Estado-Nação⁹. Veja-se, então, como se verifica este fenómeno no campo da participação.

II.b. Classes sociais, mudança e participação política

Os impactos da desigualdade social no envolvimento político têm vindo a ocupar um lugar cada vez mais destacado na agenda dos cientistas sociais e existem motivos fortes para que tal seja o caso. Como nota Lijphart (1997), igualdade e participação política são dois ideais democráticos básicos, mas na prática, como os sociólogos e politólogos sabem há muito, a participação política é

⁸ Em Portugal este é um tema central na pesquisa sociológica (ver Roldão, 2008; 2009).

⁹ Para Atkinson (2007) há um conjunto de incoerências na obra de Beck, além de um centramento excessivo na individualização de forma descontextualizada, isto é, sem perceber eventuais efeitos da pertença a uma determinada classe social ou Estado. Assim, classes sociais e individualização não são opostas e exemplifica-o com o trabalho de Bourdieu que identificou uma “nova pequena burguesia”, baseada no capital cultural, que se caracteriza por uma “search for identity and self expression and a refusal to be assigned to a class” (*idem*: 362): é, assim, possível compatibilizar estes elementos com a teoria das classes.

desigual, o que conseqüentemente está na base de uma influência política desigual. Este é exatamente um dos maiores e mais complexos problemas das democracias representativas: por um lado, o facto de a desigualdade de representação e influência política não estar aleatoriamente distribuída (estando sistematicamente enviesada em favor dos cidadãos com mais recursos); e por outro lado, um contexto em que a representação política e a “prestação de contas” não é completamente efetiva porque depende, não só do envolvimento cívico, como de um acesso igualitário à esfera pública.

A diversidade de atitudes e práticas políticas tem sido explicada por um vasto conjunto de variáveis, nomeadamente, através da diferença de recursos (entre eles, recursos económicos, escolares, tempo, informação); da pluralidade de normas de cidadania; e pela pertença a redes sociais diversas (o que potencialmente determina a exposição a diferentes fatores de mobilização política, enquadrados numa determinada estrutura de oportunidades) (Caínzos e Voces, 2010, Cabral, 2006).

Neste contexto, é especialmente importante destacar a obra de Verba, Schlozman e Brady (1995) - *Voice and Equality* - que contribuiu de forma decisiva para (re)centrar a agenda das Ciências Sociais no estudo da desigualdade da influência política (“*political voice*”) dos cidadãos nas democracias contemporâneas. Entre as principais conclusões daquela obra destaca-se a ideia de que o processo de participação política – baseado nos recursos dos cidadãos, no seu grau de envolvimento psicológico e no acesso a redes – está altamente enviesado, na medida em que, face a estes constrangimentos, dificilmente se conseguirá assegurar que todos estão em condição de influenciar igualmente o processo de decisão política (através dos seus representantes eleitos ou através de ação direta).

Entre as várias linhas de investigação no âmbito da participação política/ cívica, a abordagem do capital social tem

encontrado bastante ressonância (Coleman, 1988; Cohen, 1999; Dalton, 2004; Putnam, 1995, 2000). Resumidamente, o ponto crítico desta discussão reside na questão: quais os mecanismos que subjazem ao envolvimento cívico e político? Alguns autores argumentam que o capital social está relacionado com boa governação, não só porque aumenta o nível de sofisticação política dos cidadãos, como facilita a cooperação no seio da sociedade (Tavits, 2006). Entre os seus principais proponentes destaca-se Robert Putnam (1995, 2000) que defende que o capital social¹⁰ é um elemento fundamental para a legitimidade dos sistemas democráticos na medida em que cria mais um espaço de expressão e deliberação política, fomentando igualmente a confiança interpessoal. Porém, o diagnóstico realizado por Putnam (2000), em *Bowling Alone*, está longe deste ideal: segundo os seus resultados, cada vez mais os cidadãos americanos vivem na e para a sua própria esfera privada, alienados da comunidade e processos políticos (abstenção eleitoral, não envolvimento em associações ou outras formas de participação cívica) e, para Scherrer-Vignale (2004), os cidadãos mostram-se também “desligados” dos conteúdos (“*political avoidance*”) da política democrática¹¹.

E se, em vez, de uma “crise” da participação política estivéssemos perante a rutura de um modelo de envolvimento cívico, causado por uma mudança nas atitudes políticas e pela adesão a novas normas de cidadania¹²? Russell Dalton (2008) analisou dados do inquérito *Citizenship, Involvement, Democracy* (2005) e acredita que este é o cenário mais plausível. Assim, o que se verifica é que algumas das formas “convencionais” de exercício de cidadania (por exemplo, o voto) tendem a perder adesão quando

¹⁰ Do ponto de vista analítico o autor recorre a vasto conjunto de variáveis para caracterizar a realidade dos EUA, sendo a pertença a organizações voluntárias um dos indicadores mais discutidos (Putnam, 2000).

¹¹ Cf. Scherrer-Vignale, Vanessa. "Revisiting Political Avoidance" *Paper presented at the annual meeting of the The Midwest Political Science Association, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois, 2004* <http://www.allacademic.com/meta/p82340_index.html>

¹² O conceito de normas de cidadania aqui desenvolvido diz respeito ao conjunto de expectativas partilhadas - acerca do papel dos cidadãos - numa dada comunidade política (Dalton, 2008).

comparadas com outras práticas (“*engaged citizenship*”) emergentes.

Por outro lado, é importante notar que a participação cívica e envolvimento político exigem a mobilização de recursos de vária ordem. Em que medida é que podemos considerar as classes sociais como fonte de diferenciação do comportamento e atitudes políticas? Até meados da década de 1980, a resposta a esta questão estaria bastante associada à configuração da estratificação social, associando possivelmente lugar de classe a determinados valores e práticas políticas. Porém, a partir de então emergiu uma controvérsia teórica em torno do “fim das classes”¹³ com novos olhares sobre o papel da diferenciação social nas atitudes políticas. Neste contexto o “Estado social” atenuaria os conflitos de classe, promovendo a redistribuição da riqueza e os partidos políticos recentrariam os seus programas em novos domínios (como o ambiente, a cultura, os direitos sociais) (Clark e Lipset, 1993).

Caínzos e Voces (2010), por seu lado, problematizam e testam empiricamente estes postulados teóricos, com o objetivo de perceber qual o significado político da pertença de classe, nos países europeus¹⁴. O seu trabalho procura compreender as ligações entre os fatores relacionados com as transformações socioeconómicas e o surgimento de um novo cenário político, para em seguida avaliar os impactos políticos derivados das classes sociais: “de acordo com as abordagens clássicas seria expectável encontrar menores diferenças de classe nas “novas” formas de envolvimento cívico e político – boicotes, manifestações, outros atos de protesto [...] No entanto, uma das principais conclusões deste estudo aponta em sentido contrário: estas formas de ação revelaram

¹³ Entre artigos centrais para esta discussão destacamos Clark, Terry N., Seymour Lipset e Michael Rempel, “The declining political significance of social class”. *International Sociology*. 8 (3) (1993), 293-316; e Clark, Terry N. e Seymour Lipset, “Are social classes dying?”. *International Sociology*. 6 (4) (1991), 397-410.

¹⁴ Neste artigo, os autores analisam 20 países europeus representados na base de dados do Inquérito Social Europeu (2002-03), <http://ess.nsd.uib.no/ess/round1/>.

a existência de maiores diferenças de classe, quando comparadas com formas de ação política convencionais”¹⁵ (2010: 409).

Nunes e Carmo (2010), com base no mesmo inquérito (dados de 2006), mostram que na Europa a ação coletiva se baseia em diferentes tipos de capitais (social, económico e cultural). A sobreposição entre estes capitais tem um efeito claro na intensidade e tipo de práticas, pondo em causa a irrelevância das classes sociais na compreensão das diversas configurações existentes entre classes sociais e participação política.

Se por um lado, vários autores têm colocado de parte o uso das classes sociais na compreensão dos fenómenos de participação, por outro, análises mais recentes continuam a revelar o potencial heurístico das mesmas. Ou seja, apesar de um novo contexto histórico, existem diferenças relevantes no que se refere à participação política que importa pesquisar.

II.c. Dimensões de análise: estado, cidade e indivíduo

Tendo em conta as perspetivas que defendem a reformulação das teorias sociológicas (e em particular da análise das classes sociais e do estado-nação), Mouzelis (2008) não defende uma total reformulação das teorias sociológicas num contexto de modernidade avançada. Propõe antes que se pense estes constructos teóricos de forma estrutural, tendo o Estado-Nação uma importância fulcral na sua constituição, mesmo numa época de globalização. Para este, autor se numa primeira fase da Modernidade o Estado-nação foi um elemento centralizador e em que a cidadania constituiu uma componente fundamental de integração dos indivíduos no centro político, numa segunda fase, de globalização, os Estados-nação incorporam, enquanto entidades locais, por via das novas tecnologias de informação e comunicação, espaços globais com novas formas de centralização do poder.

¹⁵ Tradução do original realizada pelos autores.

Na perspetiva de Saskia Sassen (2000), são as cidades globais que ocupam o espaço privilegiado de uma nova geografia de centralidade e marginalidade, uma vez que concentram não só o “capital transnacional”, mas também os trabalhadores mais vulneráveis e, muitas vezes, “invisíveis” da geografia económica contemporânea. As atuais cidades são, assim, o espaço privilegiado de desenvolvimento de uma cidadania transnacional que não se dirige unicamente a instituições nacionais.

Por outro lado, em termos metodológicos, é evidente que uma nova abordagem de investigação permeia a Sociologia Política. Ao invés de procurar perceber em que medida os indivíduos são reflexo dos contextos e grupos em que estão inseridos, esta nova abordagem examina de que forma é que as atitudes e práticas são elas próprias geradoras de configurações mais ou menos propícias à mudança social e política. Ao contrário de se perspetivar o comportamento individual como mero produto de variáveis exógenas, as escolhas dos cidadãos são vistas como conjuntos de preferências relativamente independentes do contexto em que são formadas (Young, 1999).

Assim, de seguida, a nossa análise seguirá as dimensões aqui delineadas. Esta centrar-se-á na cidade de Lisboa (entendida enquanto região) e nas práticas dos indivíduos, num contexto globalização.

III. Classes e Participação. O caso da AML

Na obra dos clássicos a cidade surge como espaço por excelência da modernidade (Simmel, 1971; Weber, 1962). Esse protagonismo é, atualmente, reforçado pelo contexto de globalização em que as cidades são um espaço de concentração de tarefas de controlo e comando de atividades globais (políticas, económicas, culturais etc), com o entrelaçar de uma rede de cidades na divisão do trabalho, também estes geradores de cosmopolitismo (Sassen,

2001). As cidades concentram também um conjunto de desigualdades e formas sociais variadas e plurais.

Para Rodrigues “a cidade atual reflete uma fase de transição mais vasta, de natureza societal e portanto multidimensional, que acarreta também uma reestruturação económica e urbana” (2010: 5), que se relaciona com o processo de aprofundamento das relações globais económicas, políticas, culturais e sociais. Os espaços urbanos assumem, assim, uma preponderância inevitável nos processos de circulação de pessoas, capitais e culturas, devido ao seu posicionamento entre contextos nacionais e fluxos internacionais.

Enquanto *cidade-região*, que não se restringe aos limites administrativamente delimitados, Lisboa, como Área Metropolitana, congrega um conjunto diversificado de municípios que podem ser segmentados em *interior* e *exterior* (Rodrigues, 2010). A centralidade económica, política e cultural reforça a sua posição na hierarquia ibérica, europeia¹⁶ e global, também fruto do seu passado enquanto capital do império e atual metrópole (Ferreira, 1987). Esta monocentralidade corresponde a uma concentração de serviços qualificacionais, ensino, cultura, consumo e lazer, mas também, e sobretudo no eixo Lisboa-Oeiras-Cascais à concentração da maior parte das atividades de I&D do país (Rodrigues, 2010: 91-106).

Para Rodrigues (2010), Lisboa passa, atualmente, por um processo de nobilitação urbana associado à reurbanização que se reflete na revitalização económica, cultural, social e política da cidade interior, após dinâmicas de suburbanização que ainda hoje continuam. Desde da década de 1980 que se iniciou um duplo processo intensificado na última década: verifica-se, simultaneamente, uma perda líquida de população e uma valorização do espaço urbano associado a uma reconversão simbólica de espaços anteriormente arrolados a grupos de estatuto

¹⁶ No âmbito da União Europeia no ano 2000 definiu-se a “Estratégia de Lisboa” e em 2007 assinou-se o tratado atualmente vigente: “Tratado de Lisboa”.

considerado inferior por parte de pessoas mais jovens e qualificadas, e a que subjazem estilos de vida que passam pela valorização da vida urbana¹⁷. Ainda assim, não deixam de estar presentes desigualdades sociais que o autor citado faz sobressair e que têm que ser exploradas.

Depois de focado o contexto teórico e empírico, analisar-se-á de seguida a relação entre das classes sociais e participação focando as diversas configurações das categorias e dimensões em análise, tendo em conta a multidimensionalidade subjacente à cidadania e desigualdade social.

Não se segue aqui uma imagem reificada ou substancialista das classes sociais, mas antes um conjunto de propostas de análise relacional, multidimensional e estrutural (Costa et al, 2000; Silva, 2009; Atkinson, 2009), em que se releva os contextos de análise e as diferentes configurações que pode assumir. Numa conceção multidimensional vários são os indicadores que dão conta dos diferenciais de recursos, poder e oportunidades em que as classes sociais se constituem, enquanto conjunto de agentes sociais com posição próxima no espaço social. Destaca-se o indicador socioprofissional¹⁸, complementado por indicadores socioeducacionais (Costa et al, 2000) e ainda, quando as técnicas estatísticas permitem, a incorporação de indicadores relativos a outros tipos de recursos (como o capital social): dentro desta perspetiva, ainda que exista uma centralidade da profissão, este não pode ser tomado como o único a definir classe social (Atkinson, 2009). A participação política e cívica é também central na definição

¹⁷ Na última década vários são os espaços culturais que emergiram na cidade de Lisboa, por exemplo: por sites: Crew Hassan (<http://www.crewhassan.org/>), Fábrica do Braço de Prata (<http://www.bracodeprata.org/>), Onda Jazz (<http://www.ondajazz.com/>), LXfactory (<http://www.lxfactory.com/>), apenas para referenciar alguns. Muitos destes espaços aproveitam antigas fábricas através da sua renovação.

¹⁸ Opta-se neste trabalho por utilizar o indicador desenvolvido a partir do final dos anos 80 por António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida no âmbito do ISCTE-IUL e CIES-IUL, devido à inclusão de informação relevante na reconstituição da classe social de forma multidimensional: condição perante o trabalho, qualificação profissional, posição hierárquica e setor de atividade¹⁸. O uso do indicador socioprofissional permite, através do cruzamento de profissão e situação na profissão, reconstituir o volume e a estrutura dos capitais económicos, organizacionais e qualificacionais. Matriz disponível em Machado *et al* (2003).

da estrutura de poder e da possibilidade de alterar ou manter as condições envolventes no âmbito de determinados contextos institucionais (Scott, 2001: 51-70; 110-134). Por esse motivo, importa perceber como estas diferentes dimensões interagem. As categorias socioprofissionais, e respetivo peso na amostra selecionada, são as seguintes: empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL – 7,1%); profissionais técnicos e de enquadramento (PTE – 17,7%); trabalhadores independentes (TI - 4,3%); empregados executantes (EE – 35,5%) e operários (O – 22,9%).

É possível, a partir desta conceção, contra-argumentar as hipóteses relativas ao desaparecimento das classes sociais. As diferenças e desigualdades estruturais mantêm-se, ainda que o contexto global possa ter sofrido alterações, bem como há posicionamentos que continuam a ser de vantagem (Atkinson, 2010).

Apresentamos agora a análise integrada das dimensões relativas às classes sociais e ao envolvimento político. Para tal, e com base nos dados disponíveis do inquérito internacional ISSP2004¹⁹ selecionou-se a amostra respeitante à Área Metropolitana de Lisboa. As dimensões, e variáveis subjacentes para além dos indicadores de classe referidos, foram os seguintes:

1. Participação Política: divide-se entre mobilização²⁰ e associativismo²¹. A primeira refere-se ao conjunto de práticas realizadas individualmente, enquanto a segunda se divide entre associativismo político e social/cívico. Tem-se em consideração as tipologias propostas por Cabral (2006) e Viegas e Faria (2007).

¹⁹ *International Social Survey Programme* (<http://www.issp.org/>), modulo dedicado à participação política e cidadania.

²⁰ A variável construída inclui as seguintes práticas: assinar uma petição, boicote a produtos, participar numa manifestação, assistir a uma reunião ou comício político, contactar um político, doação, contactar media, participar num fórum político na internet, considerando-se apenas as práticas realizadas no ano transato. Realizou-se uma contagem em que, tendo em conta a distribuição, se recodificou as categorias da seguinte forma: nenhuma ação, uma ação, mais do que uma ação.

²¹ No associativismo político tomou-se em consideração a pertença a um partido ou a um sindicato; no associativismo cívico estão presentes a pertença a grupos religiosos, desportivos ou outros. As categorias presentes em ambas são as seguintes: participa, pertence, já pertenceu, nunca pertenceu. O critério para a sua construção foi ligação mais forte a pelo menos uma das associações.

2. Confiança interpessoal: esta variável dá conta da dimensão associada ao capital social²², se se considerar enquanto indicador aproximado e facilitador das relações entre pessoas. Pode-se mesmo acentuar a racionalidade associada à reciprocidade das relações interpessoais e existência de ambientes institucionais propícios ao seu desenvolvimento (Nunes e Carmo, 2010; Coleman, 1988).

3. Uso Político dos Media: tem-se em consideração o uso de jornais e da internet²³. Esta variável pretende dar conta do consumo de informação sobre política e da sua mobilização para a ação, podendo ser integrada enquanto elemento de reflexividade (Casanova, 2004; Cabral, 2000).

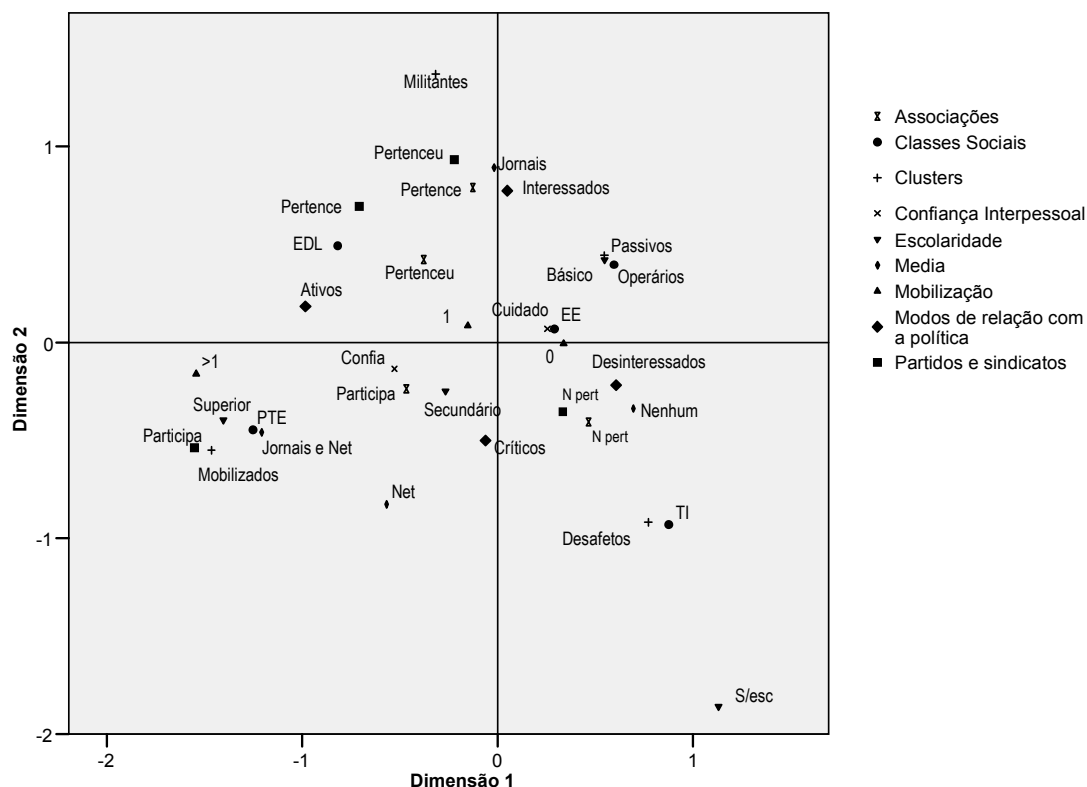
4. Modos de relação com a política: permite dar conta de um conjunto de disposições e sofisticação subjacente aos tipos de participação através das variáveis relativas ao interesse pela política e à sua discussão. Dá-se, assim, conta de dimensões associadas ao envolvimento cívico para além da participação²⁴.

²² A variável em consideração perguntava se as pessoas na generalidade das suas relações sociais, se confiava ou tinham cuidado. As quatro categorias desta variável, duas relativas à confiança e duas ao cuidado, foram agrupadas dicotomizando-se as variáveis.

²³ Combinou-se a utilização semanal de jornais e da internet enquanto fonte de informação política, pois estas são aquelas que envolvem maior sofisticação política, bem como a necessidade de recursos culturais e políticos na sua interpretação. O critério passou pelo uso regular destes media, isto é, pelo menos uma vez por semana. Não se incluiu a televisão por não ser diferenciadora já que estava disseminada por toda a população.

²⁴ Tendo em conta a forma como as variáveis estavam categorizadas, procedeu-se à sua dicotomização e combinação, resultando nas seguintes categorias: interesse e discussão (ativos); interesse sem discussão (interessados); críticos (discussão); sem interesse e sem discussão (desinteressados).

Figura 1 - Espaço Social das Classes e Cidadania na AML



É possível, a partir da figura 1, identificar configurações que conjugam as diferentes dimensões acima expostas, notando-se um impacto do volume e estrutura de capital, em especial dos recursos escolares, em que se identifica uma sobreposição e cumulatividade entre estas²⁵:

1. Desafetos (29,3%) – concentram-se aqui os trabalhadores independentes, operários e empregados executantes, com baixos níveis de escolaridade (grande maioria sem qualquer tipo de escolarização), sem interesse em discutir política. A sua confiança interpessoal é baixa e a mobilização e associativismo são inexistentes.

2. Passivos (29,8%) – apesar das semelhanças à anterior configuração, os níveis de escolaridade situam-se ao nível do ensino

²⁵ Esta análise foi feita a partir dos *object scores* da análise de correspondências múltiplas com o qual se originou a análise de clusters a partir do método K-means (ou Quick Cluster). Desta forma é possível certificar as principais características das configurações em análise.

básico, com acesso a alguns meios de comunicação social (jornais), bem como a pertença atual ou anterior a associações ou partidos.

3. Militantes (18,3%) – esta é a configuração mais heterogénea em termos socioprofissionais (com empregados executantes, operários e empresários e dirigentes), ainda que em termos educacionais se verifique uma concentração ao nível do ensino básico. Na participação política revelam-se mais ativos do que os anteriores na mobilização (com pelo menos uma ação política) e associativismo (pertence ou já pertenceu), em parte porque os níveis de escolaridade do grupo são em média ligeiramente superiores.

4. Mobilizados (22,4%) – pode-se denominar esta configuração como a ativa, e por oposição à que foi primeiramente retratada, verifica-se uma cumulatividade dos vários recursos em torno dos profissionais técnicos de enquadramento e de recursos escolares, bem como um nível de atividade superior ao que é observado nas restantes. Há um acesso variado a fontes de informação (jornais e internet), bem como um interesse e discussão de assuntos políticos.

Como se pode perceber as classes sociais continuam a ter um importante papel na mobilização política, nas suas diferentes dimensões. Se existem cidadãos para os quais a privação de recursos parece constituir um entrave à participação política e, portanto, a não integração total no espaço societário, noutros porém essa apropriação e cumulatividade de recursos constitui o âmago da sua ação na região de Lisboa. Há, assim, uma importância dos recursos escolares na mobilização e associativismo, bem como de uma maior confiança interpessoal, sofisticação e recurso a fontes de informação.

Estes elementos remetem para um conjunto de competências associadas à produção de discurso mas também à dominação simbólica (Bourdieu, 1986). O acesso a fontes de informação e a

reflexividade embutida na construção desses discursos são fatores importantes na mobilização para a ação. Também aqui se destaca o papel dos indivíduos mais instruídos pela sua ação em vários domínios e que se exemplifica mais adiante com um conjunto de situações concretas de grupos cuja atividade se desenvolve na AML.

IV. Novas práticas e classes sociais

A reflexão em torno do impacto político das classes sociais tem vindo a centrar-se, como vimos, nos impactos das transformações sociais do período pós-industrial na recomposição da estratificação social. Segundo diversos autores os valores políticos associados a determinadas classes sociais têm vindo a assumir um protagonismo cada vez maior – em particular, a designada “nova classe média alta”, que se caracteriza pela sua elevada mobilidade, individualismo e tolerância social (Silva et al., 2008). Jenkins e Wallace (1996) argumentam que estas mudanças são o produto da confluência de duas grandes tendências: a mudança dos fundamentos associados à estratificação social (da propriedade para o conhecimento); e o crescimento de movimentos sociais organizados e todo o potencial de mobilização e ação política a eles associado. Veremos agora como estas transformações têm adquirido forma na área metropolitana de Lisboa, em particular, no caso da participação política mediada pela Internet e através de instrumentos como o Orçamento Participativo, isto é, novos espaços e dinâmicas de cidadania em Lisboa.

i. Novos Espaços e Dinâmicas de Cidadania em Lisboa: a Internet

Neste ponto focar-se-á a ligação entre *blogs* locais (blogs dedicados à cidade de Lisboa) e as suas ligações a processos e dinâmicas locais que extravasam a dimensão virtual e se constituem enquanto grupo de pressão. Pondera-se aqui a ligação entre vários

domínios de atividade cívica diretamente relacionados com a cidade de Lisboa, nos seus temas e formas de ação.

Em pesquisa anterior a nível nacional (e focada nos *blogs*), o distrito de Lisboa agregava cerca de 43% dos indivíduos que responderam ao inquérito realizado e na cidade 55 casos (num total de 209). Na utilização da Internet enquanto instrumento cívico (quer enquanto fonte de informação, quer enquanto instrumento de ação) predominam indivíduos que possuem volumes totais de recursos elevados, em especial escolares: está-se pois perante uma prática marcadamente de classe (Carvalho e Casanova, 2010), ainda que subsistam diferenças internas de cariz ideológico e participativo.

O uso de dispositivos eletrónicos, para participar política e civicamente, é uma tendência recente, possibilitada por um conjunto de fatores estruturais e acesso generalizado dos cidadãos a estas ferramentas²⁶. O seu potencial na expansão da esfera pública tem constituído um dos principais temas de debate (Rodrigues, 2006; Carvalho e Casanova, 2010). A internet constitui um espaço de atividade cívica que se articula (ou não – consoante os grupos) com outras formas de participação: não há uma divisão entre ação política *online* e *offline* na maioria dos casos, antes se relacionam com novas possibilidades enquanto plataforma de apoio e divulgação, em especial a nível local (Rodrigues, 2006). Abordar-se-á especificamente estas questões para a cidade de Lisboa²⁷.

Os *blogs*, ou espaços na internet focados na cidade de Lisboa numa perspetiva de cidadania, podem ser divididos consoante as áreas geográficas a que se dedicam e os temas. Assim, um primeiro tipo de *blogs* e com maior impacto mediático e público são aqueles que se dedicam a vários temas e espaços da cidade: são os

²⁶ Ainda que existam múltiplas desigualdades: género, etárias, educacionais, económicas, etc.

²⁷ Esta reconstituição fundamentou-se em dados recolhidos anteriormente bem como na possibilidade de recolha de informação disponível na Internet, numa espécie de etnografia digital, com base no mapeamento e leitura dos *blogs* e outros meios existentes e que se focam na cidade de Lisboa. Esta estratégia permitiu conhecer as diversas atividades e modos de intervenção desenvolvida por estes grupos. Procedeu-se aqui a uma análise exploratória destes movimentos.

generalistas²⁸. Subsistem ainda dois tipos específicos mais focados, a saber ou nas freguesias²⁹ ou temas específicos, como o uso de bicicleta na cidade ou a conservação dos relógios públicos³⁰.

Os temas destes *blogs* centram-se, essencialmente, naquilo que os seus autores consideram ser os problemas na cidade de Lisboa. Uma das principais questões focadas é o património público e ambiente, como a recuperação de prédios devolutos, conservação de edifícios e monumentos históricos, poluição de vários tipos, limpeza e acumulação de lixo nas ruas. Outro tema focado relaciona-se com a mobilidade e a proposta de soluções para a sua resolução no âmbito do estacionamento (da sua falta ou excesso, e de como é um incentivo ao transporte individual), o número diminuto de transportes públicos e congestionamento de trânsito. Há a divulgação de eventos culturais e de novos estabelecimentos, que promovem novas formas de comércio com a recuperação de velhos espaços³¹ e, por fim também central, a preocupação com instituições públicas e a sua gestão.

A sua ação extravasa o domínio da internet, ou seja, é uma plataforma pela qual se dá a divulgação de vários tipos de ações, podendo listar-se vários domínios de atuação. Diversos *blogs* dedicam-se, com diferentes intensidades, a algo que poderia ser chamado de “reportagem fotográfica”³²: expõem algo que identificam como problemático através de imagens. Outras atividades passam pela criação de grupos informais³³, petições, protestos e manifestações³⁴, e propostas³⁵ (materializadas nas cartas às

²⁸ <http://cidadaniaix.blogspot.com/>; <http://carmoeatrindade.blogspot.com/>; <http://cidade-ideal.blogspot.com/>; <http://lisboalisboa.blogspot.com/>; <http://www.viverlisboa.org/>; <http://lisboasos.blogspot.com/>

²⁹ <http://freguesiadoorient.blogspot.com/>; <http://alfamadowntown.blogspot.com/>; <http://observatoriobaixa.blogspot.com/>; <http://www.bairroazul.pt.vu/>; <http://www.saojoaolx.blogspot.com/>

³⁰ <http://bicicletanacidade.blogspot.com/>; <http://www.cril-segura.com/>; <http://otejochora.blogspot.com/>

³¹ Esta divulgação está ligada aos processos de nobilitação urbana e novas formas de comércio que acarretam, como lojas gourmet etc.

³² Ver por exemplo o blog: <http://lisboasos.blogspot.com/>

³³ <http://sociofonia.e-laboratorio.org/?p=60>

³⁴ http://www.publico.pt/Cultura/lisboa-agendada-concentracao-dia-18-contr-novo-museu-dos-coches_1368603

entidades municipais e que são muitas das vezes publicados também nos sites). Além disso, há uma intervenção em processos públicos como o orçamento participativo com o desenvolvimento e suporte de projetos e propostas, mas também a intervenção nos processos eleitorais³⁶ junto das candidaturas. Há, igualmente, uma ligação entre “novos” e “velhos” media: além da divulgação de notícias ligadas à cidade de Lisboa nos seus espaços, denunciam-se situações nos “velhos” media difundindo as suas ações e preocupações.

Como se pode perspetivar este tipo de intervenção pública não se circunscreve unicamente ao domínio “virtual”, mas tem um claro impacto nas decorrências da cidade. Os espaços utilizados na internet ao nível local servem como plataforma de divulgação e ação, ou seja, são espaços interdependentes de ação política que alargam o capacidade de atuação cívica. Surgem como pontos de agregação de cidadãos que muitas das vezes não se conhecem³⁷ e servem de suporte à mobilização comum e à constituição de grupos informais que passam a ter influência sobre os destinos da cidade, constituindo-se enquanto novas formas de pressão. O seu impacto faz-se porque criam público, que mesmo que não participe de forma direta adere às suas causas por via das petições frequentes.

Ainda que exista uma marca de classe social vincada, em torno de um grupo de pessoas com altos níveis educacionais, as ações e possibilidades abertas por estes grupos ao nível local revelam-se um instrumento útil em torno de um projeto de cidadania, com uma articulação entre *offline* e *online*. Assim, a internet permitiu a visibilidade e impulso de grupos cujas ações até então não eram ponderadas.

³⁵ http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/lisboetas-apresentam-propostas-para-melhorar-estetica-da-cidade_1232635;
<http://www.netmadeira.com/noticias/sociedade/2010/9/27/cidadaos-criticam-falta-de-qualidade-das-esplanadas>; <http://www.1010global.org/global/2010/05/movimento-cidadania-lx-apela-%C3%A0-c%C3%A2mara-de-lisboa-que-se-inscreva-no-1010>

³⁶ <http://obscenidadesocial.blogspot.com/2007/07/cml-s-trs-candidatos-respondem.html>

³⁷ http://3.bp.blogspot.com/_NkGeuUyTvO4/SfcmjcfGy7I/AAAAAAAAABKE/nVZrInNPtB4/s1600-h/Quando+os+cidad%C3%A3os+postam+a+cidade.jpg

ii. **Novos Instrumentos para o Envolvimento Político: o Orçamento Participativo**

A propósito dos novos espaços e dinâmicas de cidadania na área metropolitana de Lisboa, importa agora voltar a atenção para a implementação do Orçamento Participativo (OP)³⁸. A relevância da discussão dos impactos deste tipo de instrumentos no estímulo e enriquecimento da estrutura de oportunidades políticas dos cidadãos torna-se ainda mais clara num contexto em que o debate em torno da qualidade da democracia tem vindo a questionar a capacidade de inclusão das visões e preferências da comunidade política (Lijphart, 1997, Dalton, 2004). Conceitos como democracia deliberativa (Goodin, 2005; Silva, 2004) ou democracia participativa³⁹ têm servido de referente para a crítica aos limites de um modelo democrático meramente formal e “minimalista”.

As origens do OP estão associadas a movimentos políticos e sociais brasileiros que reclamaram a abertura dos processos de decisão política (sobretudo ao nível sub-nacional) à participação dos cidadãos – a primeira experiência de implementação do OP aconteceu em Porto Alegre, em 1989. Desde então, o processo tem vindo a ser aplicado e adaptado a diversos contextos, por várias autoridades locais.

O processo do OP normalmente envolve várias fases. Estas estão relacionadas com a discussão e “eleição” dos projetos locais percecionados como mais importantes por todos os cidadãos que participam no processo (sendo alocados os recursos aos projetos mais votados)⁴⁰.

³⁸ Estaremos aqui concentrados no caso específico da implementação do OP, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa.

³⁹ Neste domínio destacamos particularmente a obra “Acting in an Uncertain World. An Essay on Technical Democracy”, de M. Callon, P. Lascoumes e Y. Barthe (2009, Cambridge, MA: MIT Press).

⁴⁰ Informação sobre os processos de OP implementados em Portugal: <http://www.op-portugal.org/>.

Desta forma, estão (potencialmente) criadas condições que favorecem um maior envolvimento cívico nos processos de tomada de decisão - através da organização, informação, deliberação e compromisso entre os cidadãos. É preciso notar também que à medida que os cidadãos possuem mais qualificações e melhores competências para entender e formar ideias e opiniões políticas, tendem a procurar diferentes formas de influência política – *engaged citizenship* (Dalton, 2008) (recurso a meios mais “intensivos” de mobilização política, nomeadamente contacto direto com representantes políticos, consumo ético, participação em fóruns políticos, entre outros). Do ponto de vista da governação urbana, a implementação do OP representa uma via de aprofundamento da comunicação entre eleitos e eleitores, tornando o processo de decisão mais aberto e transparente.

Iniciado em 2008, o orçamento participativo segue, em Lisboa, os trâmites regulares desta experiência noutros pontos do globo. Numa primeira fase o município recebe e avalia os projetos que se enquadram nas áreas temáticas. Após a escolha dos projetos estes entram em fase de votação, sendo depois integrados no âmbito dos planos da câmara municipal. O orçamento participativo está ainda em vias de institucionalização nesta cidade. Ainda assim, é possível resumir o conjunto de procedimentos associados ao mesmo. O processo está ainda centrado na Internet, com a necessidade de registo e voto nos projetos a partir dessa plataforma. Ainda assim, no último ano procedeu-se à realização de assembleias participativas, ao alargamento do período de votação, mas também à instalação serviços de voto em vários dos autocarros da cidade e em vários pontos de apoio a cidadãos sem internet e com maiores dificuldades no uso da mesma (ex: juntas de freguesia).

Como se pode verificar desde 2008 que todos os números têm aumentado, desde o número de participantes, nas suas várias modalidades, até às propostas e projetos. Não se pode, para já,

fazer qualquer análise que não descritiva, ainda que a tendência seja para o aumento. A abertura das instituições a novas práticas de participação parece ser um processo lento de institucionalização, em que quando as oportunidades surgem os cidadãos participam. A interação entre cidadãos, grupos de cidadãos e poderes instituídos é, portanto, fundamental nos processos de gestão e tomada de decisão associados às cidades.

Tabela 1 – Participantes, Propostas e Projetos

	2008	2009	2010
Participantes			
Registados no site	1732	6948	12681
Proponentes	247	533	767
Votos	1101	4719	11570
Propostas e Projetos			
Propostas Apresentadas	580	533	927
Projetos a votação	89	200	291
Nº de Áreas temáticas ⁴¹	3	14	14

Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/op>

Fazendo uma análise das propostas que têm sido escolhidas pelos cidadãos, verifica-se um conjunto diversificado projetos. O foco essencial dos projetos parece remeter para alternativas não implementadas pela própria autarquia, em que o foco se centra na requalificação de espaços da cidade com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida, mobilidade, sustentabilidade, espaços e património público requalificado, mas também a promoção de iniciativas de cariz solidário e de âmbito desportivo. Ainda que seja cedo para avaliar o impacto destes projetos na cidade, estes irão, com certeza, no longo prazo ser importantes na organização da cidade estando-lhe subjacente as potencialidades e limitações do OP.

Tabela 2 – Projetos escolhidos

	2008/2009	2009/2010	2010/2011

⁴¹ No primeiro ano as áreas temáticas foram as seguintes: espaço público e espaço verde; infraestruturas viárias, trânsito e estacionamento; urbanismo e reabilitação urbana. Nos anos seguintes as áreas temáticas eram: urbanismo; reabilitação urbana; habitação; espaço público e espaço verde; proteção ambiental e energia, saneamento e higiene urbana; Saneamento e Higiene Urbana; Infraestruturas Viárias, Trânsito e Mobilidade; Segurança dos Cidadãos; Turismo, Comércio e Promoção Económica; Educação e Juventude; Desporto; Ação Social; Cultura; Modernização Administrativa

1º	Construção de Pistas Cicláveis	3ª Fase da Construção do Canil/Gatil Municipal em Monsanto	Campo de Rugby
2º	Parque Urbano Rio Seco	Centro Cultural de Base Local - Cinema Europa	Parque Urbano do Rio Seco - 3ª fase
3º	Acessibilidades para Bicicletas	Qualificação do Largo do Coreto	Requalificação da Envolvente da Igreja de Santa Clara
4º	Criação de um espaço verde e parque infantil – Quinta de Barros	Recuperação e Beneficiação Escola EB1 Manuel Teixeira Gomes	Centro de Atividades Intergeracionais
5º	Corredor Verde: Parque Eduardo VII – Monsanto	Praça João Bosco	Requalificação e Cobertura do Espaço Desportivo no Bairro do Cabrinha
6º		Alargamento das faixas Bus, permitindo a circulação de bicicletas	Casa destinada a Mães (Pós-parto)
7º		Melhoria das condições da tomada e largada de passageiros junto a várias escolas	Quinta do Bom Nome
8º		Pop Up Lisboa 2010 (festival internacional de cultura urbana)	
9º		Sistemas de Iluminação sustentável da via pública - Bairro das Novas Nações	
10º		Reforço da limpeza de cartazes/graffitis nos bairros históricos	
11º	Festival de Netaudio de Lisboa		

Como refere Nelson Dias (2008) com o OP institucionaliza-se a participação por parte dos cidadãos, estabelece-se um ambiente de comunicação entre eleitos e eleitores em que se promove uma cultura de cidadania, assim como maior solidariedade e coesão. Contudo, este implica também limitações como: o centramento em processos muito específicos e imediatos sem uma visão estratégica sobre o desenvolvimento do município, além da desigual participação entre grupos. Junta-se ainda a fraca capacidade financeira dos municípios.

V. Conclusão

A discussão em torno da importância das classes sociais nas atitudes e comportamento político é já longa, mas, no entanto, a controvérsia parece não estar encerrada. Com este trabalho procurámos mostrar a relação entre classes sociais e cidadania na

AML, tendo uma perspectiva multidimensional sobre estes conceitos. As diferentes configurações entre os vários tipos de recursos, os modos de relação com a política e diversidade de fontes de informação remetem para formas distintas de mobilização e atuação consoante as classes sociais. A perspectiva sobre estes grupos permite, então, refutar o conjunto de hipóteses acerca do fim das classes, e reafirmar, dentro de um novo contexto, a importância das desigualdades nas dinâmicas de participação e a emergência de novos fenómenos associados às práticas de cidadania e de governação nas cidades. Assim, ainda que não exista um acesso igualitário de todos os grupos há, contudo, um conjunto de novos espaços que se revelam essenciais na intensificação da participação dos grupos que usualmente participam, reforçando também a sua influência.

Subsequentemente, optámos por apresentar e discutir dois casos que, na nossa perspectiva, são paradigmáticos das transformações ao nível das atitudes face à cidadania política⁴². No primeiro caso, analisámos uma forma de ação política bastante heterogénea em termos de *conteúdos*, mas que no entanto utiliza uma plataforma comum, a Internet. Os *bloggers* são, no caso, os representantes de uma nova forma de intervenção cívica e política (mediada por tecnologias de informação) que mobiliza, informa e atrai atenções em torno de problemas locais (ou mesmo de outras escalas), potenciando, muitas vezes, as próprias redes sociais para a divulgação e/ ou pressão política.

Na nossa perspectiva, esta forma de ação cívica/ política é reveladora de uma atitude diferente perante a cidadania política: centra-se na ação direta, visando, por vezes a denúncia pública de diversas situações, como meio de pressão sobre as autoridades, o

⁴² A opção de apresentar dois casos específicos, é para nós, importante já que especifica as possibilidades e as mudanças que lhe estão inerentes, ultrapassando o carácter mais abstrato e “distante da realidade” que algumas abordagens têm construído em torno deste tema.

que denota uma vontade de influir mais direta e intensamente na decisão política⁴³.

No segundo caso, optámos por tratar não uma forma de intervenção “individualizada”, mas sim um instrumento/ fórum implementado pelas próprias instituições políticas: o orçamento participativo. Vimos que para além da importância da automobilização política é também fundamental que existam oportunidades e espaços para a informação e participação dos cidadãos nos processos de deliberação e decisão política.

Contrariamente às hipóteses normalmente avançadas nos trabalhos ligados ao “fim das classes”, vimos que o papel das circunstâncias sócio-económicas não “morreu”, em termos de mobilização e participação política (como os resultados para a AML atestam). Não queremos, no entanto, esquecer ou negligenciar outros fatores que possam afetar a mobilização e envolvimento político – vimos, por exemplo, a importância do acesso e domínio de novas tecnologias de informação. Deste modo, é importante referir que não tomámos aqui uma perspetiva determinística acerca das classes sociais e cidadania. Pelo contrário, se a primeira parte do texto permitiu estabelecer o lugar das desigualdades na participação, na segunda abordou-se os veículos de mudança e as estruturas de oportunidades emergentes e que concedem aos cidadãos um papel fundamental na mudança social. Deixa-se aqui o mote para que, no domínio das Ciências Sociais, se aprofunde a investigação dos fatores que favorecem ou mitigam a mobilização e participação dos cidadãos. Este é, na nossa perspetiva, um meio fundamental de análise (e denúncia) das consequências e impactos da desigualdade social na participação política, uma das formas mais insidiosas de erosão da democracia.

⁴³ Por sua vez, tal leva a nos interrogarmos se esta conceção não estará também ligada a uma conceção de representação política mais centrada numa relação mais próxima e interativa entre eleitos e cidadãos).

VI. Referências bibliográficas

Atkinson, W., 2007. Beck, individualization and the death of class: a critique. *The British journal of sociology*, 58(3), pp.349-66. Available at: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17727498>.

Atkinson, W., 2008. Not all that was solid has melted into air (or liquid): a critique of Bauman on individualization and class in liquid modernity. *The Sociological Review*, 56(1), pp.1-17. Available at: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-954X.2008.00774.x>.

Atkinson, W., 2009. Rethinking the Work-Class Nexus: Theoretical Foundations for Recent Trends. *Sociology*, 43, pp. 896-912.

Atkinson, W., 2010. Same Formula, Different Figures: Change and Persistence in Class Inequalities. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 63, pp. 11-24.

Beck, U., 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage.

Beck, U., 2007. Beyond class and nation: reframing social inequalities in a globalizing world. *The British journal of sociology*, 58(4), pp.679-705.

Bourdieu, P., 1986, *Distinction. A Social Critique of Judgement of Taste*, London: Routledge.

Bourdieu, P., 1989. *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.

Cabral, M.V., 2000. O exercício de cidadania política em Portugal. *Análise Social*, XXXV(155-156), pp.83-115.

Cabral, M.V. (2006). Class effects and societal effects: Elite and working class attitudes towards political citizenship from a European comparative. *Portuguese Journal of Social Science*, 5(3), pp. 159-178.

Cabral, M. V., Silva, F. C., e Saraiva, T. (org.) (2008), *Cidade e Cidadania. Governação urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Carvalho, T. & Casanova, J.L., 2010. Esfera pública, democracia e internet: os bloggers em Portugal. *Observatorio (OBS)*, 4(2), pp.091-118.

Casanova, J.L., 2004. *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta.

Caínzos, M. & Voces, C., 2010. Class Inequalities in Political Participation and the “Death of Class” Debate. *International Sociology*, 25(3), pp.383-418.

Clark, T. N., Lipset, S. & Rempel, M., 1993. The declining political significance of social class. *International Sociology*. 8(3), pp. 293-316.

Clark, T. N. & Lipset, S., 1991. Are social classes dying?. *International Sociology*. 6 (4), pp. 397-410.

Clark, T. N. e Hoffman- Martinot, V. (1998), *The New political Culture*. Boulder: Westview Press.

Cohen, J., 1999. Changing paradigms of citizenship and the exclusiveness of the demos. *International Sociology*, 14, pp.245-268.

Coleman, J. 1988. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, pp.95-120.

Costa, A.F. et al., 2000. Classes Sociais na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp.9-43.

Dalton, R.J., 2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices. The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*, Oxford: Oxford University Press.

Dalton, R., 2008. *The Good Citizen. How a Younger Generation is Reshaping American Politics*, Washington: CQPress.

Dias, N., 2008. Uma outra democracia é possível? As experiências de Orçamento Participativo. *e-cadernos ces*, 1, pp. 195-218.

Ferreira. V.M., 1987. *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*. Lisboa: Dom Quixote.

Goodin, R., 2008. *Innovating Democracy: Democratic Theory and Practice After the Deliberative Turn*. Oxford: Oxford University Press.

Inglehart, R., 1997. *Modernization and Postmodernization*, Princeton: Princeton University Press.

Jenkins, J. C. & Wallace, M., 1996. The generalized action potential of protest movements: the new class, social trends and political exclusion explanations. *Sociological Forum*, 11(2), pp. 183-207.

Lijphart, A., 1997. Unequal Participation: Democracy s Unresolved Dilemma. *American Political Science Review*, 91(1), pp. 1-14.

Machado, F. L., Costa, A.F., Mauritti, R., Martins, S. C. & Almeida, J. F., 2003. Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

Magalhães, P., 2004. Disaffected democrats: political attitudes and political action in Portugal. *West European Politics*, 28(5), pp. 973-991.

Mouzelis, N.P., 2008. *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge: Cambridge University Press.

Nunes, N. & Carmo, R.M., 2010. Condições de classe e ação coletiva na Europa. In R. M. do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 119-126.

O'Donnell, G., Schmitter P. & Whitehead, L. (eds.), 1986. *Transitions from authoritarian rule. Tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Putnam, R., 1995. Bowling Alone: America s Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 6, pp. 65–78.

Pakulski, J. & Waters, M., 1996. *The Death of Class*, Londres: Sage.

Putnam, R., 2000. *Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque: Simon & Schuster.

Roldão, C., 2008. Testando Modelos de Operacionalização. Uma análise exploratória de modelos de operacionalização da estrutura de classes no quadro do European Social Survey – Round 2 (2004).

Roldão, C., 2009. Classes Sociais e Estratificação Social: Algumas notas sobre o desenvolvimento da publicação científica portuguesa num domínio específico da sociologia. *CIES e-Working Papers*, 68.

Rodrigues, C., 2006. Blogs e a Fragmentação do Espaço Público, Universidade da Beira Interior. Retirado de: <http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/pdfs/rodrigues-catarina-blogs-fragmentacao-espaco-publico.pdf>.

Rodrigues, W., 2010. *Cidade em Transição. Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*, Oeiras: Celta.

Sassen, S., 2000. The global city: strategic site/ new frontier. In E. Isin (Ed.), *Democracy, Citizenship and the Global City*, Londres: Routledge pp. 48–61.

Sassen, S., 2001. *The global city: New York, London, Tokyo*, Princeton: Princeton University

Scherrer-Vignale, V., 2004. Revisiting Political Avoidance. Paper presented at the annual meeting of the The Midwest Political Science Association, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois, http://www.allacademic.com/meta/p82340_index.html.

Scott, J., 2001. *Power*, Cambridge: Polity Press.

Silva, M.C., 2009. *Classes Sociais. Condição Objetiva, Identidade e Acção Coletiva*, Ribeirão: Húmus.

Silva, F. C., 2004. Democracia deliberativa: avaliando os seus limites. Comunicação apresentada no II Congresso da Associação

Portuguesa de Ciência Política.
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/203/203.pdf>.

Simmel, G., 1971. "The metropolis and mental life". In G. Simmel, *On Individuality and Social Forms*. Chicago: Chicago University Press, pp. 324-339.

Tavits, M., 2006. Making Democracy Work More? Explaining the Linkage Between Social Capital and Government Spending. *Political Research Quarterly*, 59(2), pp. 211-225.

Urbinati, N. & Warren, M., 2008. The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annual Review of Political Science*, 11, pp. 387-412.

Verba, S. & Nie, N., 1972, *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, Nova Iorque: Harper & Row.

Verba, S., Schlozman, K. & Brady, H., 1995. *Voice and Equality: Civic Volunteerism in American Politics*, Cambridge: Harvard University Press.

Viegas, J.M.L. & Faria, S., 2009. Political Participation: the Portuguese Case from a European Perspective. In *Institutions and Politics. Portugal in the European Context (vol. I)*. Oeiras: Celta, pp. 53-67.

Weber, M., 1962. *The City*, Nova Iorque: Collier Books.

Young, I.M., 1999. Residential segregation and differentiated citizenship. *Citizenship Studies*, 3, pp. 237-252.